

# A CONTRIBUIÇÃO DE DANIEL PEDRO MÜLLER PARA A TRANSIÇÃO DO ENSINO DA ENGENHARIA MILITAR PARA A CIVIL NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1802-1841)

## *DANIEL PEDRO MÜLLER'S CONTRIBUTION FOR THE TRANSITION OF MILITARY TO CIVIL ENGINEERING EDUCATION IN THE PROVINCE OF SÃO PAULO (1802-1841)*

José Rogério BEIER\*

**Resumo:** A partir da reconstituição da trajetória do engenheiro militar luso-brasileiro Daniel Pedro Müller (1785-1841), este artigo visa destacar a contribuição deste ex-agente da Coroa na transição do ensino da engenharia militar para a civil na Província de São Paulo, sobretudo, através da organização de uma escola de engenheiros construtores de estradas que funcionou, de modo intermitente, entre 1836 e 1849, formando muitos dos engenheiros civis que dirigiram obras públicas em São Paulo na segunda metade do século XIX.

**Palavras-chave:** Engenharia Militar; São Paulo; Daniel Pedro Müller.

**Abstract:** By reconstructing the trajectory of the luso-brazilian military engineer Daniel Pedro Müller (1785-1841), this paper aims to highlight the contribution of this former agent of the Crown in the transition from the military to civil engineering education in the Province of São Paulo, most of all, through the organization of a road builders engineering school which worked, intermittently, from 1836 to 1849, forming many of the civil engineers who worked as directors of public works in São Paulo during the second half of the 19<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Military engineering; São Paulo; Daniel Pedro Müller.

### *Introdução*

Daniel Pedro Müller (1785-1841) é um personagem bastante conhecido da historiografia produzida por quem se dedica aos estudos da Capitania, depois Província de São Paulo, na primeira metade do século XIX. Sua estatística (MÜLLER, 1978), publicada originalmente em 1838, segue sendo utilizada até hoje como referência inescapável para quem deseja compreender a evolução social, política e econômica ocorrida em São Paulo no século que se estende de 1750 a 1850.<sup>1</sup>

Além da estatística, outra faceta menos conhecida de Daniel Pedro Müller, mas já explorada por alguns trabalhos acadêmicos, é a do cartógrafo. Seu *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (MÜLLER, 1841), encomendado em 1835 pela recém-instituída Assembleia Legislativa Provincial, foi concluído em 1837 e publicado em 1841. Com informações bastante atualizadas sobre as redes urbana e

---

\* Mestrando em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP). Bolsista FAPESP. E-mail: [rogério.beier@usp.br](mailto:rogério.beier@usp.br).

viária da província, sua principal novidade, talvez, reside no fato deste ter sido o primeiro mapa impresso a representar a totalidade da província paulista.<sup>2</sup>

Embora essas duas facetas de Müller – estatístico e cartógrafo – tenham sido abordadas por alguns trabalhos, muito pouco se pesquisou sobre a vida desse engenheiro militar luso-brasileiro. A maior parte das pesquisas voltava-se muito mais às obras de Müller, destinando ao seu autor, invariavelmente, as poucas palavras que já haviam sido publicadas sobre ele por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (MARQUES, 1954, p. 212-213) e Sacramento Blake (BLAKE, 1898, p. 160-161), no fim do século XIX. Poucos trabalhos chamaram atenção, por exemplo, para o papel desempenhado por Daniel Pedro Müller na organização do Gabinete Topográfico de São Paulo, uma escola de engenheiros construtores de estradas inaugurada ainda na primeira metade do Oitocentos, em 1836 (CAMPOS JR., 1997); (SALGADO, 2010, p. 01-10). Quando o fizeram, deram pouco destaque para o pioneirismo de Müller na transição da engenharia militar para a engenharia civil em São Paulo.

Pretende-se com esse artigo, portanto, reconstituir a trajetória desse engenheiro militar luso-brasileiro, trazendo novas contribuições sobre sua biografia ante a quantidade de dúvidas e contradições encontradas nos diferentes perfis biográficos já realizados sobre Daniel Pedro Müller. A partir dessa reconstituição, busca-se destacar a contribuição de Müller na transição do ensino da engenharia militar para a civil em São Paulo, através da organização do Gabinete Topográfico da Imperial Cidade de São Paulo, especialmente, a partir de sua segunda fase, entre 1842-1849.

### *Nascimento e formação em Portugal*

Nascido em Oeiras, próximo a Lisboa, aos 26 de dezembro de 1785 (AHM, cx. 693, D-1-6-38, D-1-7-45-48, D-1-7-9-5), tinha ascendência germânica. Foi o quarto de cinco filhos. Sua mãe, Anna Elizabeth Moller (1757-1797), era uma lisboeta, filha de um grande negociante da feitoria hanseática e da bolsa de Lisboa, Heinrich Moller; quanto a seu pai, Johann Wilhelm Christian Müller (1752-1814), este era natural de Göttingen, onde cursou humanidades, línguas orientais e teologia, tendo embarcado para Portugal em janeiro de 1773 para pastorear o rebanho luterano em Lisboa, onde casou com Anna Elizabeth, em 1779 (KATZENSTEIN, 1949, p. 08-19). Anos mais tarde, convertido ao catolicismo para servir o Estado português, Christian Müller foi nomeado para diversos cargos burocráticos, tais como deputado ordinário da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame dos Livros, Censor Régio do Desembargo do Paço e

segundo diretor da Imprensa Régia, dentre outros, além de ter participado ativamente da vida acadêmica lusitana como sócio, diretor e secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa (FERRO, 1996, p. 309-341).

Após completar dez anos de idade, em 1795, Daniel Pedro Müller assentou praça como cadete do regimento de artilharia da Corte, tendo frequentado as aulas do curso de matemática da Real Academia de Marinha, como informa o trecho destacado do documento abaixo, datado de 13 de outubro de 1798:

Diz Daniel Pedro Müller, Cadete do Regimento da Artilheria da Corte, que elle frequentou as Aulas da Real Academia de Marinha, onde foi approvedo nas Materias que se tratarão no primeiro e segundo anno do Curso de Mathematico, como mostra pelos Documentos juntos, e porque se destina a entrar no Corpo dos Engenheiros, e o não pode fazer sem ser matriculado.

Foi aprovado plenamente nos exames que fez no 1º e 2º anos. Teve prêmio no fim do 1º anno e licença de S. Mg (AHM, mç. 1, p. 58).

Embora alguns biógrafos afirmem que Müller tenha cursado a cadeira de matemática no Real Colégio dos Nobres, tal informação não foi verificada após consulta minuciosa do acervo português onde está depositada a documentação referente a este colégio, bem como de trabalhos dedicados a relacionar todos os alunos que estudaram nessa instituição.<sup>3</sup>

Promovido ao posto de segundo-tenente da segunda companhia do regimento de artilharia, em outubro de 1800 (SANTOS, 1965, p. 425), Müller solicita nova licença para continuar seus estudos na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, até que lhe fosse assignado um novo destino, como demonstra o trecho do documento destacado abaixo:

Diz Daniel Pedro Müller que tendo tido a honra de ser reconhecido Cadete da Companhia dos Artífices, e Pontoneiros do Regimento da Artilheria da Corte, com licença para se aplicar aos estudos de Mathematica das Reaes Academias da Marinha, e da Fortificação, Artilheria e Desenho por Aviso de V. Exa. de 15 de Agosto de 1795, e que havendo, em virtude desta graça, prosseguido estes estudos até o fim do segundo anno da de Fortificação, tendo sempre sido plenamente aprovado em todos os exames, e levado os respectivos partidos, deseja, em quanto se lhe não assigna outro destino, continuar os mesmos estudos, e como o não pode fazer sem nova licença de V. Exa (SANTOS, 1965, p. 425).

Vale lembrar que a Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa havia sido criada pela rainha D. Maria I, em 1790, quando o curso para formar

engenheiros foi ampliado de cinco para seis anos e as disciplinas ministradas haviam se multiplicado, institucionalizando-se o ensino das matérias voltadas à Engenharia Civil, de acordo com as definições da *École des Ponts et Chaussées*, da França, que introduziu, em 1747, o curso específico sobre pontes e calçadas, até então inexistente no programa das instituições da Metrópole e da Colônia. Segundo Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, no curso da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa, a principal referência teórica eram os tratados do engenheiro militar francês Bernard F. de Bélidor (BUENO, 2011, p. 235).

A formação de Müller dentro das academias militares portuguesas na última década do século XVIII, portanto, deu-lhe bases muito mais afinadas ao modelo da escola francesa de engenharia. Anos mais tarde, tal influência foi fundamental para que Müller ajudasse a organizar em São Paulo, uma escola com uma estrutura curricular orientada à formação de engenheiros civis separada da formação militar.

Em 1802, antes mesmo de completar dezessete anos de idade e concluída sua formação na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, Daniel Pedro Müller foi promovido a capitão de infantaria agregado à primeira plana da corte e enviado a Capitania de São Paulo, com o exercício de ajudante de ordens do recém-nomeado governador e capitão general Antônio José da Franca e Horta (1802-1811), com quem deveria seguir viagem ainda naquele ano (ANTT, liv. 67, fl. 100).

A Capitania de São Paulo passava por um processo de reorganização econômica iniciada logo após seu restabelecimento, em 1765, durante governo de d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775). Com a Metrópole vivendo um momento de crise econômica diante do esgotamento das minas na América portuguesa, uma das soluções adotadas para atenuar o problema foi o incremento do comércio, da produção manufatureira e da agricultura, especialmente na Colônia. Os novos governadores das capitanias eram instruídos a incentivar a expansão da produção agrária tradicional e a introduzir novos produtos, que vinham sendo valorizados na Europa. De modo especial, buscava-se desenvolver a agricultura em um nível que chegasse a ser “um empreendimento visando ao mercado mundial” (FERLINI, 2009, p. 40-41).

Não por acaso, justamente por essa época iniciou-se a produção de cana-de-açúcar para exportação em São Paulo, tendo os primeiros engenhos se beneficiado do acúmulo de capitais provenientes do comércio de abastecimento que vigorou no período anterior,<sup>4</sup> para não mencionar o impulso dado à produção açucareira em decorrência do início da Guerra de Independência na América do Norte e do conflito generalizado no

Caribe e no Atlântico com a conseqüente tendência de alta nos preços, a partir da década de 1770 (FERLINI, 2010, p. 183).

Se, por um lado, Antônio José da Franca e Horta e Daniel Pedro Müller chegavam a São Paulo em um momento de crise em Portugal, inserido no contexto mais amplo do aprofundamento da crise geral do Antigo Regime (NOVAIS, 2001), por outro, desembarcaram no porto de Santos justamente no momento em que se consolidava a produção de açúcar para exportação na capitania de São Paulo (PETRONE, 1968, p. 12-15). A principal missão continuava a mesma de outros agentes da Coroa enviados a Colônia em anos anteriores: ampliar a produção de excedentes através do desenvolvimento da infraestrutura de produção agrícola visando equilibrar as contas da Metrópole.

#### *Agente da Coroa portuguesa na Capitania de São Paulo*

Após o desembarque em Santos, em dezembro de 1802, Daniel Pedro Müller ainda demoraria alguns anos até se adaptar ao país, tendo adoecido seguidamente com febres e moléstias que acometiam muitos dos europeus que vinham a América. Em 1804, quando foi nomeado professor de uma “Aula de Desenho”,<sup>5</sup> que o governador Franca e Horta planejava promover a alguns militares da “Brigada de Artilheria”, ainda sofria com as “moléstias do paiz”, como indica trecho dessa carta enviada em maio de 1804 pelo governador Franca e Horta ao então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, João Rodrigues de Sá e Melo Soto-Maior, o Visconde de Anadia (1755-1809):

[...] Por estes estudos q. incessantemente hei de promover, não só conseguirei ter Officiaes de Artilheria com os indispensáveis Conhecim.tos q. lhe são próprios, mas ainda habilitar alguns com pequena despeza do Estado, para se formarem Officiaes Engenheiros, de q. há tanta precizaõ nesta Capitania, assim para a Construção de muitas obras publicas, como ainda p.<sup>a</sup> levantar Cartas dela com a devida exaçaõ, evitando se a avultada despeza q. se faz em virem desse Reino; podendo segurar a V. Ex.<sup>a</sup> q. alguns deles estão já em estado de bem trabalharem no Campo do dito Levantamento, porem faltaõ-lhe os Conhecimentos do Dezenho, de q. só agora posso estabelecer Aula, nomeando para Lente dela o meu ajudante de ordens Daniel Pedro Müller que até aqui se achava empedido por algumas moléstias do paiz de q. foi atacado, e de q. se acha comvalecendo (DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1990, p. 123).

Para além da dificuldade de adaptação de Müller a São Paulo, vale destacar dessa carta a iniciativa do governador Franca e Horta em estabelecer aulas de matemática e desenho na Capitania. Embora essa não tenha sido a primeira vez que se tentava, certamente foi das primeiras em que, efetivamente, logrou-se formar oficiais engenheiros que, anos mais tarde, trabalharam na Capitania de São Paulo. Verificou-se que ao menos dois engenheiros militares foram formados por esse “Curso de Artilharia”: o oficial engenheiro Rufino José Felizardo e, também, José Marcelino Vasconcelos, cujos nomes constam na lista dos alunos que frequentaram o dito curso e que, em março de 1805, foram examinados e aprovados por Daniel Pedro Müller (DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1990, p. 319-320).

Poucos anos após sua chegada a São Paulo, provavelmente em 1805, casou-se com Gertrudes Maria do Carmo, natural de São Paulo, com quem teve cinco filhas e um filho,<sup>6</sup> vivendo com sua família e mais três escravos em uma casa localizada na Rua da Tabatinguera ou Rua de trás da Boa Morte (PIZA, 1921, p. 25). Tendo ficado viúvo, provavelmente em 1818, casou-se em segundas núpcias com Maria Fausta de Castro, a viúva do ex-governador e capitão-general de São Paulo, Antônio de Melo e Castro Mendonça (1797-1802), com quem teve um filho, Antônio Manuel de Melo.<sup>7</sup>

Por serviços prestados na capitania, Müller foi promovido a sargento-mor graduado em tenente-coronel de infantaria, em 1806 (LAGO, 1938, p. 21). Dois anos mais tarde, foi escolhido pelo governo para representar os paulistas, juntamente com o então coronel José Arouche de Toledo Rendon, nos preparativos das festividades de recepção da Família Real portuguesa (OBERACKER JR., 1977, p. 35), sendo, meses depois, agraciado com o hábito da Ordem de Cristo por decreto do Príncipe Regente D. João VI (BNRJ, 318.5, doc. 17).

Com o fim do governo do capitão-general Antônio José da Franca e Horta, em 1811, Daniel Pedro Müller deixou o cargo de ajudante de ordens do governo, e transferiu-se ao Real Corpo de Engenheiros, oportunidade em que recebeu nova promoção, dessa vez ao posto de tenente-coronel, patente recebida por decreto de 24 de junho de 1811, que determinava fosse empregado no levantamento dos mapas e mais comissões na comarca de Paranaguá que, àquela altura, ainda era parte da Capitania de São Paulo (LAGO, 1938, p. 22).

Após sua transferência ao Real Corpo de Engenheiros, entre os anos de 1811 e 1822, Müller foi responsável por diversas obras na capital, como a estrada do Piques (atual Rua da Consolação), a ponte do Carmo, a pirâmide e chafariz do Piques, em 1814 (atual Largo da Memória, no Anhangabaú) e o “magnífico aterrado, que vai de Santos a

Cubatão em distância de duas léguas, todo sobre um terreno de ambos os lados alagadiço” (SERQUEIRA, 1841, p. 542). Além disso, segundo as informações do naturalista francês Auguste de Saint Hilaire, por esta época Müller também teria dirigido a construção das arquibancadas de madeira do largo dos Curros (atual Praça da República), onde a população podia assistir aos espetáculos das touradas (SAINT HILAIRE, 1940, p. 174).

No campo da cartografia, em 1815, Müller foi designado a levantar uma carta geográfica e estatística da capitania de São Paulo. Ao que tudo indica, trata-se do “*Mapa Histórico, Político e Geographico de S. Paulo*”, o qual aparece mencionado em um ofício, datado de 25 de agosto de 1815, que Daniel Pedro Müller enviara ao então governador e capitão-general de São Paulo, D. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, comunicando a conclusão da carta que lhe havia sido encomendada. Ao apresentar seu trabalho, Müller dizia:

[...] esforcei-me a fim de que um trabalho novo nesta Capitanía, quando não seja perfeito, sirva ao menos de base, e auxilie ao que com mais capacidade emprender melhor: no entanto elle já offerece um sufficiente, e extenso conhecimento da Capitanía, ao primeiro golpe de vista, vantagem sempre resultante da História combinada com a Geographia; pois que hum livro a primeira leitura só apresenta impressoens confuzas, quando o mappa offerece salientes grupos, que são outros tantos pontos de reunião de memoria e júizo (APESP, 25/08/1815).

Este mapa foi feito tomando-se como base os mapas de *Mr. Le Sage* que, desde o lançamento da primeira edição de seu *Atlas Histórico, Cronológico, Geográfico e Genealógico*, em 1801, ganharam muita popularidade na Europa e na América, sendo imitados por diversos cartógrafos.<sup>8</sup>

Ainda em 1815, recebeu a incumbência de levantar outro mapa, dessa vez, para a comarca de Curitiba e Campos de Guarapuava (CHICHORRO, 1873, p. 208). Conquanto este mapa fosse dado por alguns pesquisadores como perdido, é possível que se trate do manuscrito intitulado *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e territórios cor[...]*, que atualmente encontra-se no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (MÜLLER, n.d.).

Anos mais tarde, quando João Carlos Augusto de Oeynhausen assumiu o cargo de governador e capitão-general de São Paulo (1819-1821), Daniel Pedro Müller passa a ser nomeado a diversos cargos na administração da Capitania, tais como Diretor da Real Fábrica d’Armas (instalada em São Paulo em junho de 1820); Inspetor do Real Trem;

Inspetor de operários prussianos especializados em trabalhar ferro e aço e, por fim, Inspetor Geral das Estradas da Capitania (OBERACKER JR., 1977, p. 36-38).

Durante o governo de Oeynhausen, Daniel Pedro Müller teve atuação destacada como militar nos esforços realizados pela Capitania de São Paulo para conter a ameaça de ataque da Coroa espanhola. Em 1819, os espanhóis enviaram uma forte esquadra e tropa ao Rio da Prata em resposta à ocupação portuguesa da Banda Oriental e de sua capital Montevideú. Tendo a costa da Capitania sido dividida em três partes, coube ao então coronel Müller o comando da segunda divisão, que ia de São Sebastião a São Vicente. Simultaneamente, Müller foi encarregado pelo governador Oeynhausen de realizar, com toda urgência, os planos e dirigir a restauração das fortificações da costa de São Paulo, especialmente nas vilas de Santos, Paranaguá e Cananéia. Por seu trabalho na defesa da costa paulista, Müller foi constituído por provisão régia de 15 de janeiro de 1821 em “Delegado do Inspetor-Geral das Fortalezas e Portos de Guerra do Reino do Brazil da província de São Paulo”, segundo proposta do tenente-general e Inspetor-Geral Alexandre Eloy Portelli (OBERACKER JR., 1977, p. 39).

#### *O Governo Provisório de São Paulo e a bernarda de Francisco Inácio*

Após a Revolução Liberal do Porto, em 1820, as Cortes reunidas em Lisboa organizaram as bases de uma Constituição política que foi aceita por D. João VI quando este se encontrava no Rio de Janeiro. Ainda no Brasil, o rei ordenara que as bases dessa Constituição fossem juradas e, a partir de então, fosse executada segundo os decretos de 24 de fevereiro e 10 de março de 1821. O juramento do rei à constituição ainda por fazer pelas Cortes significava nada menos que o fim do regime então vigente, isto é, o fim do estado absoluto nos domínios portugueses. A partir de então, toda a soberania que cabia exclusivamente ao rei, seria restringida por instituições que estavam por ser criadas pelas Cortes reunidas em Lisboa.

Logo após o juramento de D. João VI à Constituição, as Cortes exigiram seu retorno a Lisboa, para que Portugal voltasse a ser a capital do Império, fato que veio a ocorrer apenas em abril de 1821. Em São Paulo, por sua vez, com a partida de D. João VI, começaram a ser elaborados planos para um novo governo que estivesse mais de acordo com o momento. Não houve objeção por parte do então capitão general. Muito pelo contrário, João Carlos Augusto de Oeynhausen colaborou para que o novo governo fosse formado.



Numa transição tranquila, o último capitão general de São Paulo foi deposto do cargo que ocupava desde 1819, para que então se elegeesse um governo provisório segundo as orientações da nova Constituição. Assim, aos 23 de junho de 1821, por iniciativa de José Bonifácio de Andrada e Silva, reuniu-se povo e tropa, que encontrava-se aquartelada na capital, para elegerem os representantes do governo provisório de São Paulo (PIZA, 1905, p. 11). Dentre os escolhidos, o próprio João Carlos Augusto de Oeynhausen seguiria no comando, agora não mais como capitão-general, mas sim como o primeiro presidente da Província de São Paulo; José Bonifácio de Andrada e Silva elegeu-se vice-presidente e Daniel Pedro Müller, braço direito de Oeynhausen, também foi um dos escolhidos para membro daquele governo provisório como “deputado pelas armas” ou “vogal pelas armas”.

A função de Müller naquele governo era muito mais militar, do que política. Exemplo disso foi sua participação decisiva na restauração da ordem em São Paulo quando da sublevação do 1º Batalhão do Regimento de Caçadores, que estava estacionado na vila de Santos. A rebelião que havia iniciado pela demora no pagamento dos soldos atrasados e de um aumento que havia sido prometido pelas Cortes de Lisboa, foi liderada por oficiais de menor patente, que ocuparam pontos estratégicos da cidade com peças de artilharia e obrigaram as autoridades a realizar o pagamento do soldo.

Como a revolta persistiu mesmo após os amotinados terem sido atendidos em suas reivindicações, o Governo Provisório encarregou Daniel Pedro Müller e Lázaro José Gonçalves para restaurarem a ordem na região. Após controlarem a rebelião, os líderes foram levados a julgamento por uma comissão militar e, em seguida, submetidos a um conselho de guerra que condenou treze dos implicados à morte. Nova comissão foi nomeada para confirmar a sentença e dos treze, seis tiveram suas penas comutadas para degredo para África, no entanto, sete tiveram a pena de morte por enforcamento mantida. Dentre os sentenciados à morte, estava o líder da rebelião, o cabo Francisco José das Chagas, o Chaguinhas. Segundo a historiadora Lucia Maria Basto Pereira das Neves, o “suplício do Chaguinhas”, como ficou conhecido esse episódio, “serviu para atizar as desavenças no interior da elite paulista”, lembrando que muitos anos mais tarde, Diogo Antônio Feijó, em discurso realizado na Câmara dos deputados aos 20 de maio de 1832, se aproveitaria do episódio para acusar Martim Francisco Ribeiro de Andrada como o responsável pela ferocidade do caso, já que era ele o secretário do governo que teria confirmado a ordem de execução (NEVES, 2009, p. 281-284).

O Governo Provisório, todavia, teve curta duração, tendo sido deposto menos de um ano depois de empossado, por conta da irrupção de outra revolta, dessa vez uma

dissenção no interior da elite paulista, que ficou conhecida como a “bernarda” de Francisco Inácio, da qual Daniel Pedro Müller também tomou parte importante nos principais eventos.<sup>9</sup>

O movimento era fruto das disputas e conflitos locais que opunham os partidários da “bernarda” à atuação do clã dos Andrada na província, nomeadamente de José Bonifácio de Andrada e Silva e seu irmão, Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Membro do Governo Provisório e homem de confiança do presidente Oeynhausien, Müller acabou se envolvendo diretamente nos episódios da “bernarda”, especialmente após ter sido nomeado à posição de Governador das Armas da Província de Santa Catarina por um decreto, datado de 9 de dezembro de 1821, posição que não se sabe se efetivamente chegou a ocupar (CHABY, 1889, p. 191). Assinado pelas Cortes reunidas em Lisboa, esse decreto causou grande desconfiança nos chamados “liberais paulistas”, que identificavam o então coronel Müller como partidário dos portugueses.

Como membro do grupo derrotado, Daniel Pedro Müller, juntamente com os principais líderes do movimento, Oeynhausien, Francisco Inácio de Souza Queirós e o Dr. José da Costa Carvalho, sofreu um processo de devassa que culminou com uma sentença de exílio de São Paulo. Apesar de sua participação na “bernarda” e de ter sido acusado pelos “andradas” de adesão às Cortes portuguesas, Daniel Pedro Müller permaneceu no Brasil após a Independência, em 1822. Dois anos mais tarde, jurou a Constituição outorgada por D. Pedro I (BNRJ, 318-5, doc. 5), tendo servido ao Império como militar e engenheiro até seu falecimento, em 1841.

#### *Longe de São Paulo: um militar a serviço do Império do Brasil*

Após receber anistia por sua participação na “bernarda”, em 1823, Müller não retornou a São Paulo, mantendo-se afastado da capital por muitos anos por conta de sua atuação como militar. Em 1825, já no posto de brigadeiro, Müller foi chamado a participar da guerra movida pelo Império do Brasil contra Buenos Aires. Em Montevidéu, o brigadeiro atuou como ajudante-general e governador daquela praça (BNRJ, DOC II – 36, 29, 3). Sobre sua atuação em Montevidéu, verificou-se que:

[...]em 1825 foi para Monte-Vidéu de ajudante general (sendo já então brigadeiro.) Ali foi depois commandante da praça, emprego em que continuou a dar as mais enérgicas provas de probidade e illustração, a par de um character franco e generoso, que grangeou a estima de todo o exercito, até dos próprios habitantes de Monte-Vidéu; e quando se retirou, logo depois de feita a paz com Buenos Ayres, o Diario de

Monte-Vidéo assim exprimio os sentimentos d'aquelle povo (que por certo não podia gostar dos brasileiros, principalmente de militares e governantes):

Este amável chefe deu à vela a ... levando o apreço e a consideração de quantos o conhecerão. Felizes os povos que tem a fortuna de serem commandados por pessoas de seu character e sciencia. Felizes também os governos cujos chefes e magistrados deixão nos povos impressões tão doces como as que em Monte-Vidéo deixou o general Muller (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 30/08/1841, p. 02).

Tão logo a paz com Buenos Aires foi restabelecida, Müller regressou ao Brasil, onde assumiu o comando da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, com atuação destacada na “revolta dos irlandezes e allemães”, quando se encontravam na fortaleza grande número de presos vigiados por uma “insignificante guarnição”. Trata-se, na verdade, da Revolta dos Mercenários, deflagrada em 9 de junho de 1828, com duração de três dias. Müller permaneceu na cidade do Rio de Janeiro até a obtenção de sua reforma do serviço militar, concedida pelo decreto de 01 de junho de 1829, quando foi promovido ao posto de marechal de campo reformado (LAGO, 1938, p. 24).

#### *De volta a São Paulo: um engenheiro a serviço da administração provincial*

Tão logo obteve sua reforma, Müller retornou a São Paulo, onde foi muito bem recebido pela municipalidade, passando a receber a encomenda de diversos trabalhos pela administração pública. Segundo Honório de Sylos, já em 1829, por exemplo, a Câmara confiou-lhe a confecção do projeto de uma necrópole “distante de qualquer residência” (SYLLOS, 1978, p. XIV).

Entre os anos de 1830 e 1836, Müller foi responsável por diversas obras e projetos tais como o muro de arrimo no morro do Carmo (1830); a planta do hospital da irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1830); a planta da casa de correção para a municipalidade, em forma de panóptico radiante (1832); o plano das obras de adaptação para estabelecimento das sessões da Câmara no Mosteiro de São Bento (1833) e ainda, os desenhos para a nova Ponte Grande, em 1836 (CAMPOS JR., 1997, p. 68-69).

No entanto, desde que retornara a São Paulo, talvez o ano de 1835 tenha sido o mais significativo para a vida profissional de Daniel Pedro Müller. Com a criação da Assembleia Legislativa Provincial naquele mesmo ano, os deputados discutiram e aprovaram uma nova lei que, promulgada em março, encomendou ao marechal Müller a elaboração de uma estatística e um mapa da Província de São Paulo. Tratam-se dos

famosos *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo e Mappa Chorographico da Província de São Paulo*.

Embora ambas as obras tenham sido encomendadas conjuntamente pela Assembleia Legislativa e concluídas por Müller no ano de 1837, elas acabaram publicadas em datas e locais diferentes: a estatística, em 1838, pela tipografia de Costa Silveira, em São Paulo, e o mapa, em 1841, quando foi impresso em Paris nas oficinas de Alexis Orgiazzi (BEIER, 2013).

Trabalhador infatigável, mesmo estando extremamente atarefado com a direção dos trabalhos para a elaboração da estatística e a composição do mapa provincial de São Paulo entre os anos de 1836 e 1837, foi justamente neste mesmo período que o marechal Müller auxiliou a organização do Gabinete Topográfico de São Paulo, sobre o qual se tratará mais detalhadamente a seguir.

#### *O Gabinete Topográfico da Imperial Cidade de São Paulo*

Assim como a estatística e o mapa provincial criados por Müller, é impossível compreender a criação do Gabinete Topográfico fora do contexto das reformas liberais decorrentes da abdicação de D. Pedro I, em 1831. Principalmente da reforma constitucional de 1834, o Ato Adicional, que além de prever a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, estabeleceu ser da competência delas, legislar “sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la” (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1834, p. 17).

Assim, dava-se autonomia para que os governos provinciais, através das Assembleias Legislativas Provinciais, legislassem para a criação de estabelecimentos de formação profissional segundo as suas necessidades, o que antes não ocorria, já que a criação de tais estabelecimentos tinha que ser aprovada pela Assembleia Geral.

Tão logo foi estabelecida a Assembleia de São Paulo, em janeiro de 1835, e sua primeira legislatura, de maioria liberal, discutiu e aprovou um Projeto de Lei, da autoria de Nicolau de Campos Vergueiro, que previa a criação de um Gabinete Topográfico na capital. Segundo o texto da lei, tratava-se de um estabelecimento pensado para ser uma repartição provincial de obras públicas que, dentre outros equipamentos anexos a ela, previa a criação de uma escola habilitada a formar engenheiros construtores de estradas (ANAIS da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 1835, p. 207-209).

Diferentemente do que afirma boa parte da historiografia que trata sobre o tema, Daniel Pedro Müller não foi o primeiro diretor do Gabinete Topográfico, mas sim o

tenente coronel José Marcelino de Vasconcelos, aquele mesmo militar que, no começo do século, havia estudado no curso de artilharia em que Müller era o professor, como demonstra um ofício datado de 14 de julho de 1836, em que o próprio Vasconcelos comunica ao presidente da província o aceite de sua nomeação para o cargo (APESP, cx. 78, pasta 1, doc. 179). Contudo, embora Müller não tenha sido o diretor dessa primeira fase do Gabinete Topográfico (1836-1838), ele acabou desempenhando um papel importante ao participar ativamente na organização e estabelecimento dessa instituição. Em ofício datado de 09 de abril de 1836, por exemplo, vê-se Müller informando ao presidente da província a relação dos instrumentos e livros necessários para equipar o Gabinete Topográfico (APESP, cx. 78, pasta 1, doc. 46).

Inaugurado no dia 1º de agosto de 1836, a primeira turma do Gabinete Topográfico foi composta por quatorze alunos, dos quais três receberam gratificações por frequência e desempenho. No entanto, antes mesmo de completar dois anos de funcionamento, o estabelecimento teve suas atividades suspensas pela nova legislatura que assumiu a Assembleia Legislativa Provincial, em janeiro de 1838. Composta por uma maioria de deputados conservadores, a suspensão do Gabinete Topográfico foi justificada sob o argumento de que o estabelecimento custava muito aos cofres públicos e era “infrutífero” na formação de novos quadros de engenheiros para as obras públicas paulistas (BEIER, 2013, p. 320-337).

Dois anos mais tarde, em 1840, com a entrada da terceira legislatura, dessa vez de maioria liberal, o Gabinete Topográfico foi restabelecido. Dessa vez, Daniel Pedro Müller foi nomeado diretor do estabelecimento, tendo trabalhado com muito afinco na reorganização da instituição. Naquele mesmo ano, Müller propôs ao então presidente da Província, Raphael Tobias de Aguiar, uma reforma na lei que o havia restabelecido, tarefa sem a qual não seria possível organizar como convinha o Gabinete Topográfico.

Segundo Müller, tanto para a reforma do texto da lei, quanto para a elaboração dos estatutos e regulamentos do Gabinete Topográfico, o modelo a ser utilizado como referência era a “Escola de Arquitetos Medidores da Província do Rio de Janeiro”, em Niterói, justamente por esta haver correspondido na prática às expectativas que se tinha daquela instituição.<sup>10</sup>

Assim, o marechal Müller redigiu o novo texto da lei que restabelecia o Gabinete Topográfico, da qual se destaca o trecho abaixo:

Art. 1: Fica creado na capital da Província hum Gabinete Topographico comprehendendo:

§ 1: Hum curso theórico-practico de dous annos, para instrucção de Engenheiros Civiz.

§ 2: Os instrumentos necessários para os trabalhos geodesios, e huma bibliotheca análoga ao estabelecimento.

§ 3: A collecção de todos os documentos topographicos que se puderem obter e archivar (ALESP, IP 41, 011, cx. 429).

Diferentemente do texto da legislação da primeira fase do Gabinete Topográfico, a instituição passaria a formar “Engenheiros Civiz” a partir de um “curso theórico-practico” de dois annos, e não mais engenheiros construtores de estrada, como antes eram denominados os egressos desse curso. Para dirimir quaisquer dúvidas, também se verificou que nos estatutos do Gabinete Topográfico que um dos principais objetivos do Gabinete Topográfico era a formação de engenheiros civis, como destaca o trecho abaixo:

Título 1º: dos fins, e objetivos do Gabinete:

Art. 1º: O Gabinete Topographico tem por fim:

§ 1º: formar Engenheiros Civiz pelo ensino dos preceitos theoreticos, para isso indispensarios, e pela pratica dentro, ou fora das Aulas, das regras, e preceitos que mais concorram para desenvolvimento d’esses princípios (ALESP, IP 41, 011, cx. 429).

Além de elaborar os estatutos e regulamento do Gabinete Topográfico, cujos trechos foram destacados acima, Müller também preparou um novo currículo visando atingir o fim daquele estabelecimento, especificando detalhadamente quais disciplinas deveriam ser ministradas nos dois annos do curso.

Primeiro anno:

**1ª Aula**

Elementos de arithmetica, algebra, geometria, geometria analítica, em Topographia, que comprehendera o Nivelamento.

**2ª Aula**

Dezenho de Paizagem. Geometrico e Topographico.

Segundo anno:

**1ª Aula**

Principios geraes de mechanica, de phisica e chimica.

Construcções, Projectos, Exames de estradas e pontes, Noções sobre os canaes.

**2ª Aula**

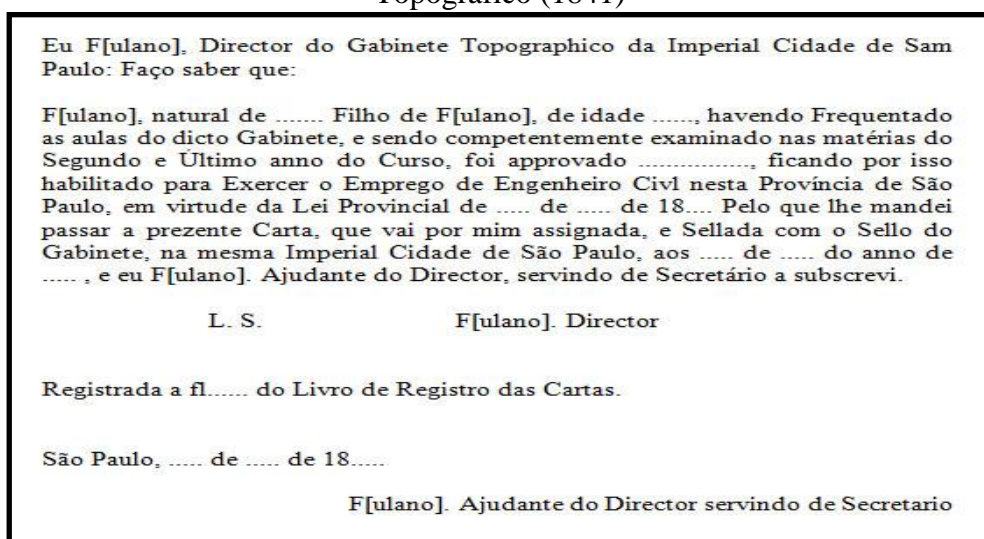
Geometria discriptiva, Dezenho das communicacões, Projecções Itereoteomia, e Architectura em geral (ALESP, IP 41, 011, cx. 429).

Pelo currículo acima, pode se dizer que o papel dos engenheiros foi ampliado em relação à primeira fase do Gabinete Topográfico. Com a inclusão de disciplinas como “projetos” e “exames de estradas e pontes”, por exemplo, os alunos passariam a ser preparados para desempenharem algumas tarefas burocráticas, além de realizarem a contabilidade das obras públicas provinciais.

As aulas do Gabinete Topográfico foram retomadas apenas em abril de 1842, contendo vinte alunos matriculados, cujas idades variavam de 15 a 27 anos, todos naturais da Província de São Paulo (APESP, ordem 889, cx. 88, pasta 1, doc., 36). Segundo os regulamentos da escola, os alunos que tivessem frequência nas aulas e fossem aprovados nos exames dos dois anos do curso seriam empregados imediatamente pelo governo e passariam a receber uma “gratificação provincial”. Depois de um ano de serviço, receberiam suas “cartas de engenheiros” e poderiam começar a participar de “reuniões científicas e nacionais”, a usar um “vestuário próprio” e passar a receber gratificações mensais independente das relacionadas ao trabalho (ALESP, CJ44.015, cx. 358).

A “Carta de Engenheiro” era, portanto, o documento que os habilitariam a “exercer o emprego de Engenheiro Civil na Província”. Essa carta era um documento que, além de ser assinada pelo diretor do estabelecimento e pelo ajudante do diretor, ainda deveria conter o selo do Gabinete Topográfico. A imagem 1 ilustra o modelo, ou “Fórmula da Carta de Engenheiros Civis”, tal como foi descrita nos regulamentos e estatutos da escola elaborados por Daniel Pedro Müller, em 1841.

**Imagem 1:** “Fórmula” da Carta de Engenheiros Civis expedida pelo Gabinete Topográfico (1841)



**Fonte:** Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP.

Portanto, desde que voltou a funcionar, em 1842, o Gabinete Topográfico tinha uma escola voltada ao ensino teórico-prático de engenheiros civis, a qual, até sua extinção, em 1849, efetivamente formou engenheiros que dirigiram e trabalharam nas obras públicas paulistas na segunda metade do século XIX.<sup>11</sup>

Nesse sentido, deve-se destacar o pioneirismo de Daniel Pedro Müller, ao menos em relação à Província de São Paulo, na organização de uma escola exclusivamente dedicada à formação de engenheiros civis em um momento no qual o ensino de engenharia era intimamente ligado a educação militar. Com a extinção do Gabinete Topográfico, em 1849, uma nova escola destinada à formação de engenheiros só seria inaugurada em São Paulo, em 1894, justamente a Escola Politécnica.

### *O lastimoso fim do marechal de campo reformado Daniel Pedro Müller*

Após ter elaborado a estatística, o mapa provincial e colaborado ativamente na organização do Gabinete Topográfico, Daniel Pedro Müller ainda produziu uma obra intitulada “Alphabeto Encyclopedico” ou “Cathecismo da Mocidade” do qual parece não haver restado um único exemplar. Trata-se de uma coleção de “Cathecismos” que chegaram a ter alguns volumes publicados entre os anos de 1837 e 1841.<sup>12</sup>

Além disso, em 1839, Müller foi convidado a tornar-se sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que havia sido fundado no ano anterior. A partir de então, o marechal passou a oferecer ao Instituto algumas memórias que ele havia coletado durante sua vida, bem como cópias de seu *Alphabeto Encyclopédico* e, até mesmo, um exemplar do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Na verdade, tanto o mapa quanto os volumes impressos dos catecismos de Müller, foram doadas ao Instituto alguns meses após o falecimento do marechal.<sup>13</sup>

A data da morte de Daniel Pedro Müller é motivo de alguma confusão até hoje. Em 1879, Azevedo Marques publicou em seus *Apontamentos...* que o marechal Müller teria falecido em 01 de agosto de 1842 (MARQUES, 1954, p. 12-13). Por conta disso, muitos autores que basearam seus perfis biográficos nas informações de Azevedo Marques repetiram acriticamente essa informação. No entanto, em edição de 30 de agosto de 1841 do Diário do Rio de Janeiro, verificou-se ter sido publicada uma “Necrologia do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller”, de onde se destaca:

[...] O Sr. Marechal Muller, cujo nome só por si se recommenda ao amor, respeito e veneração de todos os Brasileiros, e de muitos illustrados estrangeiros, já não existe! A inexorável parca, ávida de



ótimos despojos, descarregou com o fatal gume sobre a teia de tão preciosa vida o tremendo golpe! [...] Assim, uma vida toda consagrada ao serviço público por uma serie de factos honrosos, uma existência toda de intelligencia e saber, eis quanto essa tyranna cortou sem piedade, sem esperança e sem retorno, no dia 1.º de agosto de 1841, pelas cinco horas da tarde na cidade de São Paulo (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 30/08/1841, p. 02).

Ora, mais do que a data, o necrológio informa o horário aproximado em que Müller teria morrido: 01 de agosto de 1841, por volta das 17 horas. Todavia, a causa da morte de Daniel Pedro Müller ainda é um tanto nebulosa, sendo tratada com muita discrição e reserva por muitos dos que escreveram sobre ela nos primeiros anos após o falecimento do marechal.

Em Aviso datado de 18 de agosto de 1841, por exemplo, o então ministro da Guerra do Império, José Clemente Pereira, dirige-se ao presidente da Província de São Paulo da seguinte maneira para comunicar o recebimento da triste notícia do falecimento de Müller:

Ilmo. e Exmo. Sr. – Levei à Presença de Sua Magestade O Imperador o ofício sob nº 137, de 6 do corrente mês em que V. Ex<sup>a</sup>. participa o lastimoso fim do Marechal de Campo reformado Daniel Pedro Müller; cuja perda, por uma maneira tão deplorável, muito sensibilizou o Paternal Coração do Mesmo Augusto Senhor. E respondendo a outra parte do citado ofício, em que V. Ex<sup>a</sup> pondera a falta que faz ao serviço público da Província de São Paulo tão bom servidor do Estado; comunico a V. Ex<sup>a</sup>., que nesta data se expedem as convenientes ordens para que o 1º Tenente de Engenheiros Manuel José de Araújo parta quanto antes, a apresentar-se a V. Ex<sup>a</sup> – Deus Guarde a V. Ex<sup>a</sup> – Palácio do Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1841 – José Clemente Pereira – Sr. Presidente da Província de São Paulo (MARTINS, 2003, p. 478-479).

Assim como outras obras e documentos que tratam a causa da morte do marechal Müller, esse aviso utiliza adjetivos como “lastimosa” e “deplorável” para classificar a maneira como Müller morreu, muito embora não mencione como, de fato, se deu a morte.

Sobre este assunto, verificou-se que em 1841, Daniel Pedro Müller vivia no bairro de Pinheiros, onde tinha uma chácara que “cobria mais de 400 mil metros quadrados, denominada Água Branca” (AMARAL, 1985, p. 60). Ao buscar mais informações sobre esta chácara, verificou-se que pouco após a morte de Müller, foi feito um inventário de seus bens, no qual constava a chácara Água Branca. Parte desse

inventário foi transcrita em um artigo de Francisco de Assis Carvalho Franco intitulado “Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller” (FRANCO, 1939, p. 28-31).

Segundo esse inventário, “Müller estava individado [sic] pelo facto da publicidade das suas obras”. De acordo com apontamentos do próprio marechal, ele devia 1:500\$000 a Antônio da Silva Prado; 980\$000 a um Sr. Antônio Barbosa; 190\$000 ao Sr. Francisco José de Azevedo e 600\$000 ao Sr. Rafael Tobias de Aguiar, presidente da província de agosto de 1840 a julho de 1841 (FRANCO, 1939, p. 30). Somente com os valores que aparecem listados no inventário, constata-se que as dívidas de Müller perfaziam um total de 3:270\$000. A título de comparação, os escravos adultos arrolados nesse mesmo inventário – dezesseis ao todo – haviam sido avaliados entre 525\$000 e 300\$000 réis cada.

Como estratégia para levantar algum dinheiro a fim de saldar suas dívidas, Müller decidiu escrever o seu *Alphabeto Encyclopedico*, mas como ele mesmo descreve, essa ideia acabou arruinando-o ainda mais:

[...] Quando eu vi que devia ao Sr. Barbosa 400\$000 e ao Sr. Tobias 600\$000 foi quando me dei ao trabalho de fazer os meus trabalhos literários de que contava lucro, pois nunca desejei empenhar-me, eis senão quando o Faria, sem calculo, vai mandando imprimir a obra, eu fiquei alcançadissimo, por falta de meios d'elle procedentes, queria nisso obsequiar-me, é o que julgo, para depois de completo tudo para se indemnisar. [...] Eis ahi como ocorreu a minha desgraça, desejando fazer bem a minha casa, fiz tanto mal!!! (FRANCO, 1939, p. 30).

Assim, já pressionado por suas dívidas antigas, acabou endividando-se ainda mais ao imprimir seus “Cathecismos”, que não deram lucro. Sem alternativas para honrar os compromissos junto a seus credores, Daniel Pedro Müller afogou-se no rio Pinheiros, que corria nos fundos de sua propriedade, sendo seu corpo encontrado junto à ponte que cruzava aquele rio (SANT’ANNA, 1952, p. 66). Seu inventário menciona que o funeral de Müller importou a quantia de 286\$120 réis, mas não detalha o local onde foi enterrado. Já o valor do monte-mor avaliado no inventário, deduzidas todas as dívidas, totalizou pouco mais de cinco contos de réis (FRANCO, 1939, p. 29).

Não foi por outra razão, portanto, que a morte de Müller, ao ser descrita pelo ministro da Guerra no aviso destacado acima, foi classificada como “lastimosa” e ocorrida “de maneira tão deplorável”, tendo “consternado” o coração de D. Pedro II (MARTINS, 2003, p. 478-479).

### *Considerações finais: um homem de transição*

De origens germânicas, português de nascimento e brasileiro por adoção Daniel Pedro Müller era um homem que transitava bem em mundos muito distintos. Formado ainda sob o ideário cultural das Luzes portuguesas, vivenciou os momentos finais do Antigo Regime, quando atuou como agente da Coroa portuguesa na então Capitania de São Paulo. No entanto, também participou, e ativamente, dos movimentos liberais que engendraram o nascimento da monarquia constitucional brasileira. Fez parte do Governo Provisório da Província de São Paulo, tendo sido eleito por aclamação do povo e da tropa e, embora tenha sido acusado de adesão às Cortes de Lisboa, permaneceu no Brasil após a Independência e jurou a Constituição do Império, fazendo-se brasileiro e trabalhando por quase duas décadas para o Estado que acabava de nascer, quer como militar, na defesa dos interesses brasileiros em Montevideu e no Rio de Janeiro, quer como engenheiro, elaborando planos, levantando estatísticas e mapas, ou ainda, dirigindo obras públicas a serviço, justamente, de uma instituição liberal: a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo.

Em artigo onde faz uma análise da livraria particular de Daniel Pedro Müller, a historiadora Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, considera-o um homem “perfeitamente afinado com as principais tendências da Ilustração em Portugal. [...] [um] espírito curioso, surpreendentemente erudito para o lugar e o tempo em que viveu, mas ainda à vontade no mundo do Antigo Regime” (NEVES, 2008, p. 12). Poderia se dizer, portanto, que era um homem de transição. Não apenas por viver as diferentes transições ocorridas no tempo em que viveu, mas por ter participação ativa nelas e, até mesmo, ser um dos principais agentes promotores dessa transição, como no caso do ensino da engenharia militar para a civil.

Formado como engenheiro militar em um momento onde ainda não existiam instituições com cursos formais de engenharia civil, quer em Portugal, quer em suas colônias, Daniel Pedro Müller foi um dos principais responsáveis pela organização do Gabinete Topográfico de São Paulo, uma escola de engenharia com conteúdos voltados à formação teórico-prática de engenheiros civis. No período efêmero e intermitente em que esta instituição existiu (1836-1849), formou dezenas de engenheiros civis que, a partir da segunda metade do Oitocentos, atuaram nas obras públicas da Província de São Paulo. Com a reformulação dos estatutos e regulamentos originais propostos por Müller, em 1840-41, e em vigor a partir de 1842, entende-se que não cabe exagero afirmar que este estabelecimento antecipou, em pelo menos quinze anos, a separação curricular

entre engenharia militar e civil promovida pela Escola Central do Rio de Janeiro (1858), iniciativa que foi antecedida apenas pela Escola de Arquitetos Medidores da Província do Rio de Janeiro, estabelecida em Niterói, em 1837, sob a direção de Pedro de Alcântara Niemeyer Bellegarde.

Muitos anos mais tarde, na oração inaugural da Escola Politécnica de São Paulo, em 1894, Antônio Francisco de Paula Souza, organizador e primeiro diretor da faculdade, fez menção honrosa aos criadores do Gabinete Topográfico:

A Victoria hoje alcançada, foi em lucta porfianda; porque a Idea que hoje venceu não é nova – Nossos avós já a tinham, tentaram realisar-a. – Elles bem avaliavam as grandes vantagens que a esta região adviria da divulgação de conhecimentos mathematicos – Crearam, por isso, uma escola de Engenheiros constructores de Estradas, que modestamente denominaram ‘Gabinete Topographico’ (CAMPOS, 2004, p. 07).

De fato a ideia não era nova e, ao relembra-la, Paula Souza considera o Gabinete Topográfico uma espécie de precursor da Escola Politécnica na formação de engenheiros em São Paulo, antecedendo-a em quase meio século. Embora se afirme que a formação dos profissionais daquele estabelecimento não era, propriamente, a de engenheiros, mas sim a de agrimensores, ou no máximo, de engenheiros práticos (CAMPOS JR., 1997, p. 73), ainda assim, é inegável a contribuição do Gabinete Topográfico, não apenas para o ensino de engenharia na Província, mas também na direção e execução das obras públicas provinciais na segunda metade do Oitocentos. Justamente por isso deve se destacar o pioneirismo de Daniel Pedro Müller na transição do ensino da engenharia militar para a civil em São Paulo, fato frequentemente ignorado pela historiografia que trata do assunto.

## Referências

- ARQUIVO Histórico Militar – AHM. Cx. 693, D-1-6-38. Livros mestres.  
\_\_\_\_\_. Cx. 693, D-1-7-45-48. Livros mestres.  
\_\_\_\_\_. Cx. 693, D-1-7-9-5. Livros mestres.  
\_\_\_\_\_. Maço 1, processo 58. *Processo do ex-aluno da Escola do Exército, Daniel Pedro Müller*.  
ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo – ANTT. Livro 67, fol. 100. *Carta Patente de 30 de agosto de 1802*. Chancelaria de D. Maria I.  
\_\_\_\_\_. Livros 48, 59, 62 e 81. *Colégio dos Nobres*. 1766-1837.  
ARQUIVO Público do Estado de São Paulo – APESP. Série Listas Nominativas de Habitantes da Cidade de São Paulo. Listas Nominativas de 1802-1831.

\_\_\_\_\_. Série: Registro de Ofícios Diversos. Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 46. *Transmite ao presidente da província a relação inclusa de instrumentos e livros necessários para andamento das operações às quais se dedicam os empregados no Gabinete Topográfico da província de São Paulo.* Ofício (09-04-1836).

\_\_\_\_\_. Série: Registro de Ofícios Diversos. Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 179. *Aceita a nomeação para Diretor do Gabinete Topográfico, criado em virtude da Lei provincial de 24 de Março de 1835.* Ofício (14-07-1836).

\_\_\_\_\_. Série: Registro de Ofícios Diversos. Ordem 889, cx. 88, pasta 1, doc. 36. *Informa que o gabinete Topográfico instalou-se em sua nova sede, já tendo providenciado a matrícula de novos.*

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP. Acervo Histórico. Anais da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 1835-1849.

\_\_\_\_\_. Comunicado sobre o projeto de reforma de estatutos do gabinete do 2º tenente, diretor do Gabinete Topográfico. Ofício (1844). CJ44.015, cx. 358.

BLAKE, Augusto \_\_\_\_\_. Regulamento para o Gabinete Topográfico. Ofício (1841). IP41.011, cx. 429.

Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1898, 2 vols.

BIBLIOTECA Nacional do Rio de Janeiro – BNRJ. C318-5, n. 2. *Carta da regência concedendo mercê de tença anual de 300\$000 a Daniel Pedro Müller correspondente ao posto de Brigadeiro*. Rio de Janeiro, 14-02-1833.

\_\_\_\_\_. C318-5, n. 17. *Decreto do Príncipe Regente concedendo o Hábito da Ordem de Cristo a Daniel Pedro Müller*. Rio de Janeiro, 22-08-1808.

\_\_\_\_\_. C318-14, n. 14. *Solicitação de Daniel Pedro Müller para renunciar a Mercê de Cavalheiro da Ordem de Cristo na pessoa do Capitão de Milícias Manuel Pereira de Sousa*. 25-05-1825.

\_\_\_\_\_. C318-14, n. 13. *Fé de Ofício de Daniel Pedro Müller*. Rio de Janeiro, 21-01-1831.

\_\_\_\_\_. DOC. II – 36, 29, 3. *Carta ao Visconde de São Leopoldo [José Feliciano Fernandes Pinheiro] enviando pelo Brigue São Domingos Eneas dois colonos franceses*. Montevidéu, 06-01-1827.

\_\_\_\_\_. I-3, 11, 27. *Carta do presidente da Província de São Paulo, Miguel de Souza Mello e Alvim, ao Conego Januário da Cunha Barbosa, oferecendo o Mappa Chorographico da Província de São Paulo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo, 05-10-1841. Coleção José Carlos Rodrigues.

\_\_\_\_\_. I-3, 11, 59. *Carta de Felisardo Pinheiro de Campos ao Conego Januário da Cunha Barbosa, oferecendo os novos cathecismos de sua pequena encyclopedia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Santa Catarina, 17-08-1841. Coleção José Carlos Rodrigues.

\_\_\_\_\_. Loc. 12, 02, 012. *Trata-se de um códice com 30 páginas contendo a narração feita por Manuel Joaquim de Amaral Gurgel, à pedido de Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, sobre os acontecimentos políticos de São Paulo em 1823/1824 em virtude da Bernarda de Francisco Inácio*. São Paulo, 12-08-1864.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011.

CHICHORRO, Manoel da Cunha de Azeredo Sousa. Memoria em que se mostra o estado econômico, militar e politico da capitania geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o Ilm. e Exm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma do Conselho de S. A. Real e do de sua real fazenda. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brasil*, t. 36, parte 1, 1873, p. 197-267.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. *Necrologia do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller*. Rio de Janeiro, 30 ago. 1841, p. 02.

DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Unesp, v. 94, 1990 – “Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros 1802-1808”.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Unesp, v. 95, 1990 – “Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros 1802-1807”.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 237-250.

\_\_\_\_\_. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

FERRO, João Pedro. Intelectuais alemães em Portugal: Johann Wilhelm Christian Müller (1752-1814). *Portugal-Alemanha-África*, Lisboa: Edições Colibri, 1996, p. 309-341.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 28-31, jan./jun. 1939.

GALVÃO-TELLES, João Bernardo. Relação dos alunos do Colégio dos Nobres de Lisboa (1766-1837). *Revista do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto*. n. 1, Ano 1, nov. 2006, p. 57-118.

GOFFART, Walter. *Historical Atlases: The First Three Hundred Years (1570-1870)*. Chicago: Chicago Press, 2005.

KATZENSTEIN, Heinrich. Notas genealógicas acerca de algumas das mais antigas famílias de origem germânica fixadas na Estremadura Portuguesa. [I]. Separata de *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, n. 18, Lisboa, s.d. [1949], p. 08-19.

LAGO, Laurenio. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil: dados biográficos (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.

MARQUES, Manuel Eufrázio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo* seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, v. 1, p. 211-213.

MULLER, Daniel Pedro. *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e Territórios cor[...]*. [c. 1815]. 1 mapa, ms: 42,5 x 49 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

NEVES, Guilherme Pereira das. Aulas. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 55-58.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Luzes nas bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Müller, dois intelectuais luso-brasileiros. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Biblioteca Digital Camões, 2008, v. 1. p. 01-12.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. (Coleção Estudos Históricos; 1).

OBERACKER JR., João Carlos H. *A Província de São Paulo de 1819 a 1823*. In: \_\_\_\_\_. *O movimento autonomista no Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1977, p. 15-279.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968.

PIZA, Antônio de Toledo. O supplicio do Chaguinhas. (Chronicas dos Tempos Coloniaes). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 5 (1901), p. 03-47.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

SALGADO, Ivone. Profissionais das obras públicas na província de São Paulo na primeira metade do século XIX: atuação no campo da engenharia civil. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 41, Ano 6, abr. 2010, p. 01-10.

SANTOS, Cel. Horácio Madureira dos. Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby. *Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v. 5 (Reinado de D. Maria I (2ª Parte: janeiro de 1794 a dezembro de 1806). Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1965, p. 425 e 548.

SERQUEIRA, Thomaz José Pinto. Elogio histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro anno social. *Revista Trimensal de História e Geografia*, v. 3, t. 3, 1841, p. 542-543.

SYLLOS, Honório. Introdução. In: MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. VII-XXX.

TAUNAY, Affonso d'Escragnole. Um Patriarcha da Estatística no Brasil. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro, anno II, n. 21, mai. 1936, p. 354-366.

## Notas

<sup>1</sup> Affonso d'Escragnole Taunay deu especial destaque para o pioneirismo de Daniel Pedro Müller no campo das ciências estatísticas, chegando ao extremo de propor que Müller recebesse o título de Patriarcha da Estatística no Brasil (TAUNAY, 1936, p. 354-366).

<sup>2</sup> Mais do que o simples pioneirismo, o investimento da administração provincial no envio do original de Müller para ser impresso em oficinas parisienses revela que um dos interesses dessa administração estava na circulação do conhecimento do território paulista ali representado entre os políticos da Corte e demais unidades do Império, uma vez que diversas cópias do mapa foram distribuídas à Assembleia Geral e as Assembleias Legislativas Provinciais (BEIER, 2013, p. 01-18)

<sup>3</sup> Os livros com os registros das matrículas dos alunos do Real Colégio dos Nobres encontram-se guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANNT, livros 48, 59, 62 e 81, *Colégio dos Nobres*. 1766-1837). Há também um trabalho na área de genealogia e heráldica que se dedicou a relacionar todos os alunos que passaram pelo Real Colégio dos Nobres (GALVÃO-TELLES, 2006, p. 57-118).

<sup>4</sup> É importante destacar que Maria Thereza Petrone defende em seu trabalho que os recursos que originaram o ciclo produtivo do açúcar na região eram originários da própria atividade, isto é, a lavoura canavieira paulista teria autofinanciado seu desenvolvimento (PETRONE, 1968, p. 21-35). Hipótese que, como sugere Vera Ferlini, não exclui a vinda de alguns capitais de fora, das minas e/ou outras atividades como o comércio e a arrematação de cobrança das rendas públicas, por exemplo (FERLINI, 2010, p. 196-197).

<sup>5</sup> “Aula” era o termo utilizado para representar as instituições e práticas educacionais no mundo português (NEVES, 2000, p. 55-58).

<sup>6</sup> *Guilhermina Müller Beaurepaire*, casada em segundas núpcias com o brigadeiro Henrique de Beaurepaire Rohan; *Carolina Müller das Dores*, casada com o coronel Leandro Mariano das Dores; *Emilia Müller de Faria*, casada com Manuel José de Faria, natural de Portugal e residentes no Rio de Janeiro; *Elisa Müller de Campos*, casada com o dr. Felizardo Pinheiro de Campos, residentes no Rio de Janeiro; *Augusta Henriqueta Müller de Figueiredo*, casada com o desembargador Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha, residentes na Bahia; Daniel Pedro Müller Filho, solteiro, falecido aos 25 anos de idade em 25 de janeiro de 1842, sendo oficial da Guarda Nacional (FRANCO, 1939, p. 29).

<sup>7</sup> O conselheiro Antônio Manuel de Melo (1802-1866) foi um engenheiro militar que chegou a ocupar o posto de ministro da guerra em duas ocasiões: 1847 e 1863. Em 1841, em virtude do falecimento de Daniel Pedro Müller, o autor de uma necrologia publicada no Diário do Rio de Janeiro, informava que Antônio Manuel de Melo era “dotado de extraordinários talentos” e que fora educado por seu “virtuoso padrasto” sendo, portanto, “um outro Müller”. À época da publicação, Antônio Manuel de Melo já era major de engenheiros e lente substituto da escola militar (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 30/08/1841, p. 02).

<sup>8</sup> A respeito do Mr. Le Sage, trata-se de Emmanuel-Augustin-Dieudonné-Joseph (1766-1842), primeiro Marquês, depois Conde de Las Casas. Foi um historiador francês e autor de atlas que, em 1801, publicou

---

em Londres a edição original de seu *Atlas Histórico, Cronológico, Geográfico e Genealógico*. Somente em 1803-1804, sua obra ganharia uma edição francesa. Seu Atlas fez tanto sucesso que ganhou múltiplas edições em diferentes línguas entre os anos de 1804-1845 (GOFFART, 2005, p. 305-314 e 391-394).

<sup>9</sup> Segundo Lucia Maria Basto Pereira das Neves, a palavra *bernarda* passou a ser utilizada, no Brasil, entre 1821 e 1823, para identificar os movimentos das tropas portuguesas a favor da Revolução constitucionalista do Porto de 1820 (NEVES, 2009, p. 304).

<sup>10</sup> Trata-se da Escola de Arquitetos Medidores da Província do Rio de Janeiro, estabelecida na cidade de Niterói, sob a direção de Pedro de Alcântara Niemeyer Bellegarde. Criada por lei em 1836 e inaugurada em 1837, pouca informação foi localizada sobre essa escola. Seu curso, teórico-prático, tinha duração de três anos e chegou a formar vinte e cinco alunos até ser extinta, em 1844 (RIOS FILHO, 1964, p. 194-226).

<sup>11</sup> Mesmo após o falecimento de Daniel Pedro Müller, em 1841, e a reforma dos estatutos e regulamentos proposta pelo novo diretor, em 1844 – quando os egressos do curso voltaram a ser denominados de “engenheiros d’estradas” – a formação dada pelo Gabinete Topográfico continuou voltada a profissionais habilitados na direção e construção das diversas obras públicas requisitadas pela província, em especial, estradas, pontes, arruamentos e calçadas.

<sup>12</sup> Apesar dos nomes, os *Cathecismos* eram pequenas publicações com instruções gerais sobre determinados temas, como História, Geografia ou Gramática, que deveriam servir para auxiliar na formação de jovens em idade escolar. Segundo Francisco de Assis Carvalho Franco, do “Cathecismo da Mocidade existia, no anno de 1841, já impressos na casa de Victor Larée, setecentos e cinquenta exemplares do primeiro volume e oitocentos do segundo” (FRANCO, 1939, p. 31).

<sup>13</sup> Em carta endereçada ao secretário do IHGB, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, Felisardo Pinheiro de Campos informa que fora incumbido pelo marechal de campo Daniel Pedro Müller de ofertar ao IHGB os “*novos cathecismos de sua pequena encyclopedia*” que acabavam de sair do prelo. Estes deveriam ser adicionados aos que o próprio Müller ofertara ao Instituto no ano anterior. A carta foi lida em sessão do IHGB de 26 de agosto de 1841, três semanas após o falecimento de Müller (BNRJ, I-3, 11, 59).

Artigo recebido em: 19/08/14. Aprovado em: 07/10/14.